
GESTÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NA CIDADE DE BETÂNIA DO PIAUÍ

SCHOOL MANAGEMENT: A DEMOCRATIC PERSPECTIVE IN A STATE SCHOOL LOCATED IN THE CITY OF BETANIA DO PIAUÍ

Maurício Pereira Barros

Minicurrículo

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2014.1), com ênfase em Gestão Escolar. Graduado em Normal Superior pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2011.2) Graduando em Recursos Humanos - RH pela Faculdade Três Marias. Pós-Graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Evangélica Cristo Rei - FECCR. Pós-Graduado em Educação Especial e Libras pelo KURIOS. Pós-Graduado em Ciências da Religião pela UPROMINAS.
E-mail: posgraduado2011@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade estudar as concepções de Gestão Democrática na Escola Pública Estadual, assumidas pela política educacional brasileira, assim como a gestão democrática descentralizadora do sistema de ensino brasileiro e investigar a percepção dos sujeitos educacionais sobre a construção de ações e de relações transformadoras e participativas geradas pela gestão democrática da escola. Realiza um estudo das concepções de gestão democrática presentes nas políticas e nas propostas educacionais do Governo brasileiro, fazendo ênfase à história da educação, para analisar suas autenticidades e suas divergências com as concepções presentes nas discussões teóricas mais recentes sobre gestão democrática, além de verificar as transformações geradas por essas propostas nas práticas dos sujeitos escolares. Autonomia e gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Perspectiva. Escola.

ABSTRACT

This research aims to study the conceptions of Democratic Management in the State Public School, assumed by the Brazilian educational policy, as well as a democratic decentralization of the Brazilian education system and investigates the perception of educational subjects about building relationships and transforming actions and generated by participatory democratic management of the school. Conducts a study of conceptions of democratic management in the present educational policies and proposals of the Brazilian Government, emphasizing the history of education, to analyze their authenticity and their differences with the ideas present in more recent theoretical discussions on democratic management, and check the transformations generated by these proposals in the practices of school subjects. Autonomy and democratic management of the school are part of the very nature of the pedagogical act. The democratic management of the school is therefore a requirement of their political-pedagogical project. It requires, first, a change in mindset of all members of the schoolcommunity.

Keywords: *Democratic Management. Perspective. Schoolw.*

INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira atualmente passa por um período de conflitos em todos os níveis, mais especificamente na Educação Básica. Estes conflitos estão relacionados a diversas problemáticas como: desajustes sociais na família, ausência de trabalho educacional em equipe, falta de verbas em Educação, crescimento e banalização da violência, e entre tantos outros fatores, que acabam interferindo diretamente no trabalho desenvolvido na escola, está relacionado à questão da gestão escolar não ser totalmente democrática e participativa, onde a maior parte dos sujeitos da escola tenha vozes e participe de discussões e ações para minimizar tais problemas e não terem oportunidade de e espaços para participarem de formação continuada para atualizarem seus conhecimentos e aprimorarem suas técnicas de trabalho.

O referido artigo tem como elemento norteador, analisar o papel da gestão e suas características democráticas na ação educacional, onde a pesquisa supracitada se trata de um estudo de caso, mostrando um modelo de gestão implantado na rede estadual. Identificando ainda a função do gestor escolar frente ao processo de planejar coletivamente em busca dessa gestão democrática

A democratização da gestão escolar não tem um fim em si mesmo, mas é um meio para que a escola realize o seu trabalho oferecendo um ensino de qualidade. A LDB (Leinº9.394/96) fez referência direta a essa forma de gestão pelo menos três vezes. O inciso VIII do artigo 3º, que define os princípios com base nos quais será ministrado o ensino, fixa o da “gestão democrática do ensino público [...]”.

A segunda referência está posta em seu artigo14, ao determinar que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A terceira referência encontra-se no artigo 56 e seu parágrafo único, no capítulo que trata da educação superior, quando estabelece que “as instituições de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

As legislações dos Sistemas Estaduais e Municipais de Educação, a partir do estabelecido pela Constituição Federal e a LDB com referência à gestão democrática, implementarão dispositivos

GESTÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NA CIDADE DE BETÂNIA DO PIAUÍ

como gestão colegiada descentralização, administrativa, autonomia das escolas e eleição de diretores.

O ensino democrático não é só aquele que permite o acesso de todos os que o procuram, mas, também oferece a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O ensino democrático é aquele que, sendo estatal, não está subordinado ao mandonismo de castas burocráticas, nem sujeito às oscilações dos administradores do momento [...].

O ensino democrático é, também, aquele cuja gestão é exercida pelos interessados, seja indiretamente, pela intermediação do Estado (que precisamos fazer democrático), seja diretamente, pelo princípio da representação e da administração colegiada.

Partindo da observação dos problemas sociais como um todo e a preocupação com os caminhos da educação, busquei captar pela mediação de uma atividade reflexiva, a possibilidade de uma administração escolar numa perspectiva democrática voltada para as necessidades básicas e a realização do ser humano.

Assim, na pretensa eficiência educacional consolidada na formação do cidadão, acredito que tanto a escola quanto outras instituições que ministram o ensino, são responsáveis por uma educação significativa vinculada a realização social. É com este olhar que tentamos aprofundar e compreender o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica na gestão escolar, reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização, mas que por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão.

Acredito que o maior comprometimento rumo ao processo democrático e a verdadeira cidadania, concretiza-se no fenômeno das relações humanas, pois elas encerram um grande potencial de direção na luta por uma transformação da sociedade que se encontra em construção. O compromisso de que falamos é o compromisso do profissional que envolve a decisão lúcida e profunda de quem o assume, aderindo ao desafio da diversidade a serviço da Unidade.

Concebida a educação como um processo contínuo e permanente no qual estamos educando e sendo educados continuamente, rechaçamos a possibilidade do profissional de educação perante a sociedade, cujo contexto desenvolve suas atividades, em colaborar com um processo de transformação, mediante a conscientização dos indivíduos com os quais trabalha sua própria conscientização como produto do contato com elas a fim de cumprir o papel de agente de mudança.

REFERENCIAL TEÓRICO

Movido pela inquietação de gerenciar com coerência e de forma acertada, foi em princípio o que levou a optar pelo tema Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão. Esta é uma das preocupações iniciais que norteiam a proposta deste trabalho.

A direção é um princípio da gestão, que mediante a qual é organizado o trabalho conjunto das pessoas, no sentido organizacional, em direção dos objetivos. Há definições que permite a abrangência maior ao termo organização.

A organização escolar é o conjunto de disposições, fatores e meios de ação que regulam a obra da educação ou um aspecto ou grau da mesma. Esses meios ou fatores são de duas classes: administrativos e pedagógicos (AGUAYO apud SANTOS, 1966, p.19).

A escola tem como principal função social e pedagógica promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais e morais pelo seu empenho no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Na realidade, é preciso superar as formas conservadoras de organização e gestão, aderindo-se as formas alternativas, dinâmicas e criativas, de maneira que os objetivos sociais e políticos da escola correspondam a metodologias adequadas e eficientes na organização e na gestão.

A conquista da cidadania requer um esforço dos educadores em estimular instâncias e práticas de participação popular. A participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida da escola (LIBÂNEO, 2004, p. 139).

Esta educação cuja meta é valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, agregada ao fato de fortalecer cada vez mais a democracia no processo pedagógico, encontra no projeto de Gestão Democrática da Escola, uma oportunidade real de transformar a escola em um espaço pública onde diversas pessoas têm a possibilidade de articular suas idéias, estabelecer diálogo e considerar diferentes pontos de vista.

Escolas e o desenvolvimento da autonomia

A autonomia é a capacidade de uma pessoa ou de uma comunidade de tomar decisões que as afetam, construindo suas próprias regras refletindo sobre as conseqüências de suas ações, assumindo responsabilidades. A experiência da democracia leva o indivíduo a autonomia. O indivíduo só poderá alcançar a autonomia se pouco a pouco tiver a oportunidade de presenciar uma verdadeira democracia, participando efetivamente de decisões que afetam sua vida pessoal e social. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 97):

Autonomia refere-se à capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar das gestões de ação coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos, etc. Isto é, a autonomia fala de uma relação emancipada, íntegra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais e sociopolíticos.

Na escola o desenvolvimento da autonomia está apenas nos discursos enquanto as práticas pedagógicas continuam as mesmas. A autonomia dos estudantes só será possível se os educadores não apenas a tiverem como objetivo, mas sim a vivenciem no cotidiano de sua prática escolar.

A questão da autonomia nessa pesquisa é de extrema importância, pois não há democracia, sem que o sujeito tenha primeiro conquistado sua autonomia. Para que o indivíduo tenha a capacidade de se governar, ele precisa viver desde cedo esse princípio, conquistando gradativamente sua autonomia. E a escola como instituição responsável pela educação formal, precisa estar preparada para desenvolver essa autonomia.

Piaget em suas obras discorre sobre autonomia deixando claro que ela só será desenvolvida num clima onde não haja opressão intelectual e moral, ambientes autoritários impedem o desenvolvimento da verdadeira autonomia.

Nem a autonomia da pessoa, que pressupõe o pleno desenvolvimento da personalidade humana, nem a reciprocidade, que evoca esse respeito pelos direitos e pela liberdade de outrem, poderão se desenvolver em uma atmosfera de autoridade de opressão intelectual e moral (PIAGET, 1994, p. 73).

As relações interpessoais exercem uma influência importante na construção da autonomia e as crianças começam sua vida social a partir do momento que ingressar na escola. É no ambiente escolar que o indivíduo inicia seus conflitos interpessoais, tendo que aprender a aceitar e conviver com as diferenças humanas.

A autonomia é a capacidade de o sujeito compreender as contradições em seu pensamento e poder comparar suas idéias e valores as de outras pessoas, estabelecendo critérios de justiça e

GESTÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NA CIDADE DE BETÂNIA DO PIAUÍ

igualdade que, muitas vezes, o levarão a se contrapor a autoridade e as tradições da sociedade para decidir entre o certo e o errado. Assim, se a criança conviver em um “ambiente cooperativo”, e, portanto, democrático, que solicite trocas sociais, no qual seja respeitada pelo adulto e participe ativamente dos processos de tomada de decisões, poderá atingir sua autonomia, tornando-se uma verdadeira cidadã.

Para isso é necessário um ambiente cooperativo, onde a opressão do adulto é reduzida ao máximo possível, e nele encontram-se as condições que levam à cooperação, o respeito mútuo, as atividades grupais, a ausência de sanções e de recompensas e onde as crianças têm oportunidade constante de fazer escolhas, tomar decisões e de expressar-se livremente.

Para um ambiente escolar se tornar cooperativo, todas as práticas tradicionais de educação precisam ser revistas. A escola precisa de um novo paradigma, onde o professor acima de tudo respeite os alunos como seres participativos e diferentes.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social, alunos que são vítimas de seus pais, professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem. Esses alunos são conhecidos das escolas, pois repetem as séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos.

As soluções sugeridas para reverter esse quadro parecem direcionar as mesmas medidas que o criaram, o fracasso continua sendo do aluno, pois a escola reluta em admiti-lo como sendo seu. A escola inclusiva é uma escola que esteja preparada para receber e cumprir seu papel de proporcionar um ensino de qualidade para todos, que contemple todos os educandos, onde o aluno tenha não só direito de frequentá-la, mas dentro de suas capacidades, progredir moral, cultural e socialmente.

Porém, o termo inclusão ainda remete o conceito de escola “que recebe alunos deficientes” esse termo precisa ser compreendido, pois ao contrário, gera a exclusão. A escola inclusiva não remete o problema do fracasso escolar à deficiência do aluno, mas procura rever seus métodos e atitudes em busca do sucesso dos alunos. Educadores têm dificuldade em entender que a escola atual tem problemas em receber todos os alunos, de trabalhar com as diferenças humanas e continuam valorizando a igualdade através de metodologias voltadas a submissão e a uma falsa democracia.

Democracia e educação

Parece não haver dúvidas de que, recentemente, o lema da democracia tem se constituído um dos assuntos mais importantes, seja em nível nacional ou internacional. Democracia enquanto método de ação não é válida somente para a esfera política é evidente a necessidade da ampliação de seu uso para outros setores da estrutura social. A socialização da democracia é um ideal que deve ser buscado, porque os valores e procedimentos democráticos são os mais adequados para se resolver os conflitos e se construir à história.

Para assegurar e manter um modo de vida democrático é necessário proporcionar oportunidades para descobrir o que significa esse modo de vida e como pode ser vivenciado.

A educação como experiência comum de todos os seres humanos, tem função de apresentar o modo de vida democrático, já que esse modo de vida também se aprende através da experiência.

Em se tratando do uso de expedientes democráticos no setor educativo várias propostas e experiências reforçam essa importância política. Dentre elas algumas devem ser coladas em pauta. A proposta de Rogers (apud LUDWIG, 1998) centrada no princípio da não-diretividade é pertinente. Segundo ele, as escolas precisam abandonar a ênfase colocada na aprendizagem

mecânica por parte dos alunos, uma vez que ela apresenta claramente o autoritarismo pedagógico. A aprendizagem significativa, caracterizada por um envolvimento pessoal, auto-iniciativa, auto-avaliação, deve substituir a aprendizagem mecânica, porque além de mais eficaz retrata a democracia pedagógica. Modalidades de escolha de dirigentes escolares no Brasil e o papel político pedagógico do diretor na escola

As discussões acerca das modalidades de escolha de dirigentes escolares no Brasil vêm, a partir da década de 1980, adquirindo papel significativo nos estudos realizados pelos pesquisadores interessados na democratização da educação e da escola. Entre esses estudos, situam-se aquelas abordagens que indicam que a modalidade de escolha influencia no processo de democratização da gestão escolar.

Pretende-se aqui indicar e discutir as modalidades de escolhas de dirigentes escolares existentes no Brasil, as implicações de cada modalidade, sua importância no processo de democratização da gestão escolar e o papel político-pedagógico do diretor na escola, particularmente, num processo de gestão democrática. Em relação à escolha de diretores, as formas ou propostas mais usuais na gestão das escolas públicas têm sido: a) diretor livremente indicado pelos poderes públicos; b) diretor de carreira; c) diretor aprovado em concurso público; d) diretor indicado por listas tríplices ou sêxtuplas ou processos mistos; e) eleição direta para diretor.

Ao analisar as modalidades, podemos afirmar que a livre indicação dos diretores escolares pelos poderes públicos se identificava com as formas mais usuais de clientelismo. O critério de escolha era o favorecimento, sem considerar a competência ou o respaldo da comunidade escolar. Essa lógica eliminava qualquer candidato que se opusesse à força do prefeito ou governador. Permitia a transformação da escola em espaço instrumentalizador de práticas autoritárias, evidenciando forte ingerência do Estado na gestão escolar.

As propostas precisam ser construídas e reconstruídas com as pessoas envolvidas, e isso pressupõe maior aprofundamento teórico para que a prática seja consolidada com fundamentação e principalmente com autonomia. Em relação à autonomia, a mesma não pode ser delegada, ela deve ser construída e conquistada.

A gestão democrática [...] se constituirá numa ação prática a ser construída na escola. Ela acontecerá à elaboração do projeto político pedagógico da escola, à implementação de Conselhos de Escola que efetivamente influenciam a gestão escolar como um todo e as medidas que garantam a autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola, sem eximir o Estado de suas obrigações com o ensino público (GADOTTI, 2004, p.96).

O Projeto Político Pedagógico precisa ser pensado coletivamente, pois somente a decisão coletiva poderá ser capaz de possibilitar que uma situação seja modificada. Assim, o trabalho que é pensado e organizado coletivamente garante o princípio democrático dentro da instituição.

O mundo moderno sofre, a cada momento, muitas mudanças. Mudança não é fato novo na rotina do dia a dia. Elas sempre existiram. As preocupações nossas dizem respeito à velocidade com que elas acontecem. O verdadeiro líder que se diferencia tem capacidade de adaptar-se a essas mudanças. A mudança mais importante é aquela acontecida com o próprio líder. Depois, deve ser capaz de processar as mudanças nos outros. Quase sempre as mudanças implicam em abrir mão do passado. Elas são necessárias, quase sempre, não só pela importância do objetivo da qualidade, mas também para melhorar a sociedade.

O líder diferencia-se por manter em perspectiva de mudança de forma constante. Sabe acompanhar o crescimento dos outros. O líder que se diferencia deve manter o bom humor. Como se sabe, o sorriso é muito importante. É o índice de bom humor. É o sorriso que faz menor a

GESTÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NA CIDADE DE BETÂNIA DO PIAUÍ

distância entre duas pessoas. O senso de humor, quando bem desenvolvido, torna as pessoas bastante carismáticas.

Uma referencia explicita a presença da gestão democrática se situa no artigo 56 (LDB) e versa sobre o ensino superior público, com delimitação da presença de colegiados e definição de sua composição (BRASIL, 1996, S.p):

As instituições públicas de educação superior obedecerão ao principio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Além dos trechos citados, temos as referencias indireta a mecanismos de construção da gestão democrática. Um exemplo e o inciso IV, do artigo 9o, da LDB, que dispõe sobre a organização da educação nacional, estabelecendo que a União elabore um Plano Nacional de Educação em colaboração com os Estados, Municípios e Distrito Federal. Existe aqui uma obrigação de compartilhamento da decisão de elaboração das diretrizes centrais para a politica educacional do país.

ANÁLISE DOS DADOS

Percurso Metodológico

O presente trabalho pesquisa à gestão escolar: numa perspectiva democrática em uma escola na Cidade de Betânia do PI. Sua estrutura da escola é formada por 04 salas de aula, 01 sala de vídeo, 01 sala de informática, 01 sala de professor, 01 diretoria, 01 cantina e 03 banheiros.

Os procedimentos metodológicos necessários à realização da pesquisa proposta partem da abordagem qualitativa, permitindo descrever, analisar, objetivando compreender efetivamente pública. A opção pela abordagem qualitativa refere-se à facilidade que ela o processo de gestão democrática da escola apresenta na descrição do conhecimento a ser produzido na área educacional.

Foi-se necessária uma pesquisa mais explorada ao que tange a referida temática em questão. Através de auxílio de fontes bibliográficas que tratam do tema, é possível efetivar a construção do conhecimento proposto para a investigação, gerando conhecimentos científicos significativos que podem auxiliar outros educadores no presente estudo. A pesquisa proposta visa produzir conhecimentos a partir de fontes bibliográficas que expressem o modelo de gestão democrática, objeto de estudo de nossa pesquisa.

O atual município de Betânia do Piauí (Figura 1) originou-se em outubro de 1949, quando um grupo de comerciantes, resolveram formar uma pequena feira na localidade de Tapagem, as sombras das árvores. Neste mesmo período, o Padre José Madeira, celebrava missa na localidade Pintada, distante 3 km da primeira, em 1950, com o crescente desenvolvimento desta localidade denominou-se de Betânia.

Figura 1 – Fotografia aérea da cidade de Betânia do Piauí



Fonte: www.google.com.br

Através da lei estadual nº 4680 de 26 de janeiro de 1994, o povoado foi elevado à categoria de cidade, tendo a sua instalação oficial em 01 de janeiro de 1997. É um município brasileiro do estado do Piauí. Localiza-se a uma latitude 08°08'54" sul e a uma longitude 40°47'44" oeste, estando a uma altitude de 480 metros. Sua população estimada é de 6.015 habitantes.

Betânia do Piauí possui uma área de 1.092,305 km². Fazendo os seguintes limites ao *Noroeste*: Jacobina do Piauí, *Norte*: Curral Novo do Piauí, *Nordeste*: Curral Novo do Piauí e Santa Filomena/PE, *Oeste*: Paulistana, *Leste*: Santa Filomena/PE, *Sudoeste*: Paulistana, *Sul*: Acauã e ao *Sudeste*: Santa Filomena/PE.

ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

A análise e os resultados foram organizados qualitativamente utilizando a interpretação individual e grupal, para tanto foi utilizado um questionário, ao qual se encontravam questões objetivas e subjetivas aplicado ao gestor da escola, sendo que o mesmo participou de forma livre e espontânea, após conhecer o objetivo da pesquisa.

A coleta de dados conta na sua primeira etapa, a elaboração de um resumo de fontes bibliográficas que tratam da temática em questão sendo, anteriormente selecionada de acordo com a relevância que subsidia a pesquisa.

Na segunda etapa foram examinados projetos pedagógicos das escolas e as fases de construção do planejamento participativo, pressupondo-se que nesses documentos constam informações significativas que podem elevar qualitativamente o nível da pesquisa.

E por último no ensejo da concretização desse artigo, foi feito um balanço dos resultados obtidos com a investigação para responder com clareza e objetividade a questão que norteou: Gestão Escolar: Numa perspectiva democrática.

É preciso ressaltar a importância do envolvimento por todos os atores da escola: gestores, professores, alunos, pais, demais funcionários e representantes da comunidade local, pois não se pode esperar que apenas os segmentos escolares tomasse consciência da importância da participação, é preciso criar condições e mecanismos que favoreçam a gestão participativa.

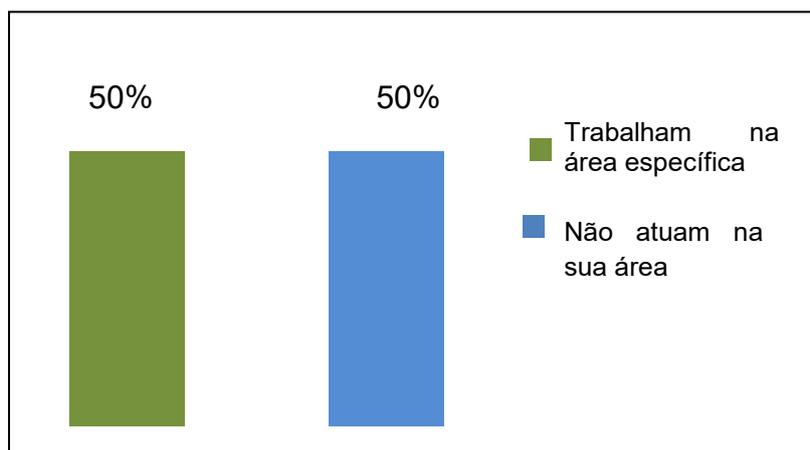
Para melhor entendimento os dados foram confeccionados em gráficos a ação da formação continuada ou em serviço, é de grande importância para a construção da identidade do Professor, é nesse momento, em que o Professor se vê reconhecido no cenário educacional, no cotidiano escolar no que diz respeito à qualidade da prática pedagógica junto aos alunos e na luta pelo

GESTÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NA CIDADE DE BETÂNIA DO PIAUÍ

reconhecimento da valorização profissional, podendo inclusive mediante a mudança de o seu trabalho ser percebido pela comunidade.

Na ausência do professor específico, as escolas tentam preencher as aulas com o profissional que tem à disposição. A referida escola tem um quadro de 08 professores apenas 04 trabalham na sua área específica e os demais trabalham em áreas afins (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Percentual dos docentes analisados de acordo com a sua atuação

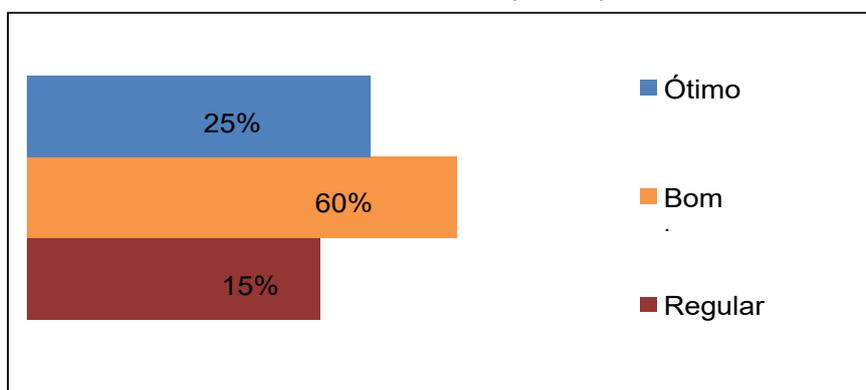


Fonte: Pesquisa direta.

O Conselho de escola é o órgão mais importante de uma escola autônoma, base de democratização da gestão escolar. Mas para que os conselhos de escola sejam implantados de maneira eficaz é necessário que a participação popular, dentro e fora da escola, se constitua numa estratégia explícita de administração. Além disso, para facilitar a participação é preciso oferecer todas as condições. Costuma-se convocar a população para participar em horários inadequados, em locais desconfortáveis.

A população precisa sentir-se respeitada e ter prazer de exercer os seus direitos e de participar. Por esse motivo algumas pessoas da comunidade escolar acham que o conselho não atua de forma regular (15%), outras concordam que está bom (60%) porque resolve situações pendentes de forma democrática. E as demais concordam que está ótima (25%) porque também é uma maneira de fiscalizar a administração escolar (Gráfico 2).

Gráfico 2 – A comunidade escolar avalia a participação do conselho escolar



Fonte: Pesquisa direta.

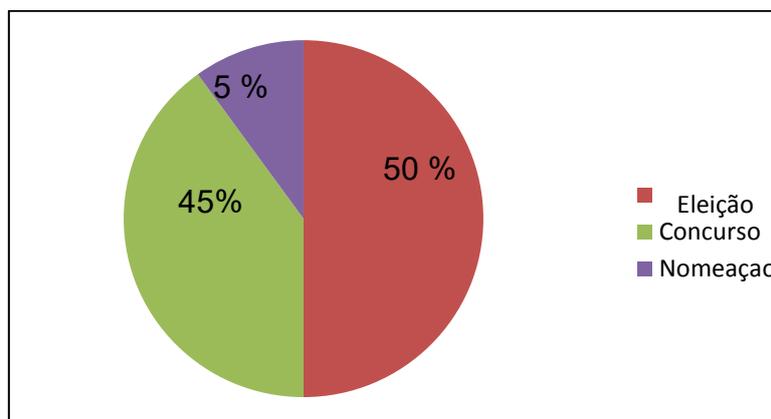
É importante observarmos que a atuação do diretor, suas atribuições e seu vínculo com a escola se alteram dependendo da forma como ele foi escolhido e de acordo como o tipo de gestão que é implementada na unidade escolar.

Para fins desta análise, três categorias de escolha de diretores escolares foram apontadas: nomeação, concurso e eleição. Nomeação é escolhida pela vontade do agente que o indica, ou seja, pelo governador do estado ou pelo prefeito do município. Dessa maneira, assume um cargo de confiança e torna-se o representante do Poder Executivo na escola. Por isso mesmo pode ser substituído a qualquer momento, de acordo com os interesses políticos e com as conveniências daqueles que o escolheram.

A pesquisa mostra que a maior rejeição é por meio dessa categoria apenas 5% da comunidade escolar concorda com a nomeação. A Eleição é baseada na manifestação da vontade da comunidade escolar, se caracteriza pelo voto direto, representativo, por escolha uninominal ou, ainda, por escolha por meio de listas tríplexes ou plurinominais (Gráfico 3).

As experiências com esse tipo de escolha tem mostrado que tal critério favorece a discussão democrática na escola e acaba dando mais oportunidades para tomada de decisões é a categoria mais aceita pela escola. Já a escolha por concurso também é aceita porque é realizada por meio de provas e títulos, é a comprovação da formação específica que habilita o candidato ao cargo. Para essas pessoas é um argumento favorável à escolha por concurso porque defende a moralidade pública e evita o apadrinhamento político.

Gráfico 3 – As categorias que a comunidade escolar concorda com a escolha de diretor



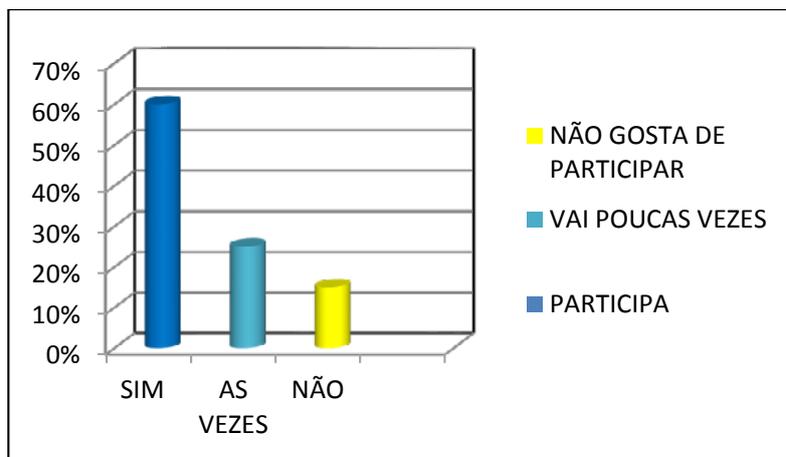
Fonte: Pesquisa direta.

Reunião de pais, esse é o momento de despertar na família o interesse em participar da vida escolar dos filhos. Uma reunião bem conduzida, portanto, faz a diferença. Momento importante para mostrar que a aprendizagem só acontece se a escola, o aluno e a família trabalharem juntos, reforçando ainda o papel dos pais na aprendizagem dos filhos. Os pais querem a confirmação de que escolheram a escola certa para os filhos. Conhecer o espaço onde o adolescente passa tantas horas do dia e perceber que é seguro e adequado ao ensino os deixam satisfeitos.

O importante é que os pais saibam que seus filhos estão sendo cuidados e bem tratados por todos. É o que eles esperam da escola que escolheram. O que se percebe é que para muitos pais é importante participar das reuniões saber do andamento da vida escolar do seu filho, já para outros eles tem idade suficiente para se cuidar por está no ensino médio. A minoria não participa porque dizem que as reuniões são cansativas como conteúdos repetitivos (Gráfico 4).

GESTÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NA CIDADE DE BETÂNIA DO PIAUÍ

Gráfico 4 – Quanto à participação dos pais em reunião de pais e mestre na escola

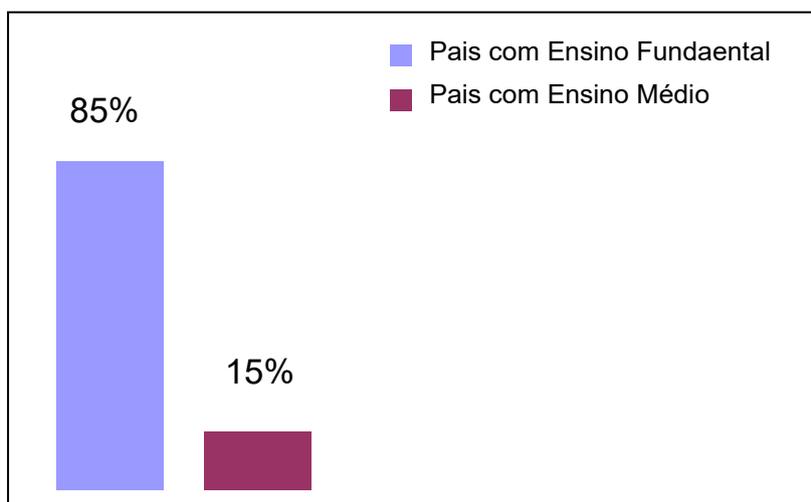


Fonte: Pesquisa direta.

Os pais brasileiros estão longe de figurar entre os mais participativos na rotina escolar. Parte do flagrante desinteresse se deve à baixa escolaridade de uma enorme parcela dos pais, que não permaneceu na escola tempo suficiente para aprender a ler, tampouco para consolidar o hábito do estudo de modo a passá-lo adiante.

Outra explicação para a distância que separa os pais da vida escolar está numa ideia incrustada no pensamento do brasileiro: a de que a escola deve se encarregar, sozinha, do processo educativo. A maioria dos pais de alunos da unidade escolar Francisco Tibúrcio tem o ensino fundamental (85%) e acham que está bom devem parar de estudar, pois já é o necessário, poucos têm ensino médio (15%) (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Nível de escolaridade dos pais



Fonte: Pesquisa direta.

Atualmente, apesar das funções específicas de cada setor o núcleo gestor da escola, trabalha em conjunto, tanto pela articulação dos conselhos escolares que atua na gestão escolar, quanto aos demais setores para o bom funcionamento da escola. Partindo da observação dos problemas sociais como um todo e a preocupação com os caminhos da educação, busca-se captar pela

mediação de uma atividade reflexiva, a possibilidade de uma administração escolar numa perspectiva democrática voltada para as necessidades básicas e a realização do ser humano.

Assim, na pretensa eficiência educacional consolidada na formação do cidadão, acredito que tanto a escola quanto outras instituições que ministram o ensino, são responsáveis por uma educação significativa vinculada a realização social. É com este olhar que tentamos aprofundar e compreender o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica na gestão escolar, reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização, mas que por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão. Acredita-se que o maior comprometimento rumo ao processo democrático e a verdadeira cidadania, concretiza-se no fenômeno das relações humanas, pois elas encerram um grande potencial de direção na luta por uma transformação da sociedade que se encontra em construção.

O compromisso de que falamos é o compromisso do profissional que envolve a decisão lúcida e profunda de quem o assume, aderindo o desafio da diversidade a serviço da Unidade. Concebida a educação como um processo contínuo e permanente no qual estamos educando e sendo educados continuamente, rechaçamos a possibilidade do profissional de educação perante a sociedade, cujo contexto desenvolve suas atividades, em colaborar com um processo de transformação, mediante a conscientização dos indivíduos com os quais trabalha sua própria conscientização como produto do contato com elas a fim de cumprir o papel de agente de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a presença da gestão democrática tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na LDB é resultado de muita luta dos segmentos progressistas da sociedade, em especial dos educadores, docentes e alunos. Porém, sabemos que o fato das Leis Federais citadas assegurarem a gestão democrática nas escolas públicas, não é garantia de que o processo ocorra conforme propunham os movimentos de reivindicação por uma escola mais aberta e com uma gestão com a participação de todos nas decisões. Há uma variação entre o formal-legal e a apropriação da Lei na realidade vivenciada.

De acordo com as entrevistas realizadas, embora a gestão idealizada não seja a vivenciada, os professores identificaram mudanças a partir da implementação da gestão democrática, como o planejamento coletivo, relação professor-aluno mais estreita, com maior liberdade e a presença de órgãos colegiados na escola. Nota-se que, apesar do ideal de gestão democrática dos professores terem como foco a participação de todos, especialmente dos professores e alunos, a gestão implantada atualmente demonstra a falta de participação daqueles reconhecidos como essenciais no processo decisório, devido ao excesso de poder exercido ora por parte do diretor, ora pelas imposições das Secretarias Municipal ou Estadual.

O diretor é também responsável pelo monitoramento para o bom andamento da escola, em todos seus aspectos. A coordenação pedagógica tem como maior função o acompanhamento pedagógico da escola, atuando mais diretamente com os professores, orientando-os quanto ao planejamento e a prática pedagógica dos mesmos.

O trabalho da coordenação visa melhorar a atuação do corpo docente e o melhor desempenho do aluno, para que o processo de ensino aprendizagem seja eficaz, e assim, haja uma melhor qualidade do ensino. A secretária da escola atua em conjunto com o diretor da escola, podendo responder por este, na sua ausência. É responsável por toda documentação referente aos registros documentais, principalmente do aluno. Responde também pela frequência dos funcionários da escola, entre outras.

GESTÃO ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA EM UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NA CIDADE DE BETÂNIA DO PIAUÍ

Referências

BASTOS, João Baptista (org.). **Gestão Democrática**. Rio Janeiro: DP & A: Sepe, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 23 dez. 1996.

_____. **Constituição. República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FÉRIAS TUR. **Betânia do Piauí** Disponível em: www.ferias.tur.br/informacoes/5534/betania-do-piaui-pi.htm. Acesdo em: 05 jan. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Alternativa, 2004 – Goiânia: Pioneira, 1978.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Democracia e ensino militar**. São Paulo: Cortez 1998

OS PARÂMETROS Curriculares para o ensino fundamental: convívio social e ética. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 99, p. 60-72, nov. 1996.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

SANTOS, Myrtes. **O Papel do diretor na administração escolar**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.